



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 105/2000

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 105/2000, de autoria do Prefeito, acrescentar parágrafo único ao art. 2º da Lei n.º 1.262, de 3 de abril deste ano, com a seguinte redação: “o disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano, do exercício de 2000.”

No último dia 10 de abril, este projeto foi distribuído a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para parecer.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A redação é razoável e está de acordo com a técnica legislativa.

Trata-se de matéria que se insere no âmbito da competência do Município.

O Município detém autonomia financeira, ou seja, pode instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar as suas rendas, independentemente de qualquer poder, prestando contas e publicando os balancetes no prazo legal (Art. 30, inciso III, da CF/88).

O projeto é oportuno, uma vez corrige a falha jurídica criada com a possibilidade da remissão concedida, mediante a Lei n.º 1.262/2000, abranger créditos tributários cujos prazos de pagamento sequer estão vencidos. Verifica-se que os prazos para pagamento parcelado do IPTU de 2000, previstos na Lei n.º 1.261, de 3 de abril deste ano, são incompatíveis com aquelas fixados para efeito de pagamento de débito tributário para com o Município, com direito ao benefício da remissão.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 105/2000.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2000.

Clodoaldo José Borges
Clodoaldo José Borges
Relator

César Junho Ferreira
César Junho Ferreira
Presidente da CLJR

Sebastião Miranda de Resende
Sebastião Miranda de Resende
Membro